



**Parecer**  
Concordo com o relatório.  
Como usuário a execução de serviços,  
notifico a administração sobre o  
estado do ponto 7.

*R*  
26.03.2018

**Despacho/Deliberação**  
Ao CA para aprovação  
nos termos do ponto 7.  
da presente in forma cont.

*Artur Trindade Mimoso*  
Vogal do Conselho de Administração

27-3-2018  
O CA a para

N.º: **014/DPDO/2018**

Data: **26 de março de 2018**

Assunto: **RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO ACUMULADO DO 4º TRIMESTRE DO PAO 2017**

**Finalidade**

1. Apresentar ao Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS), proposta de aprovação do Relatório de Monitorização acumulado do 4º Trimestre do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento de 2017 (PAO 2017).

**Análise**

2. Nos termos do artigo 25º do regime jurídico do setor público empresarial, Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro<sup>1</sup>, incumbe aos titulares dos órgãos de administração das empresas públicas apresentar ao titular da função acionista relatórios trimestrais demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.
3. O presente relatório, além da demonstração do grau de execução dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais do PAO 2017 da SPMS no à data de 31 de Dezembro de 2017, integra também o relatório de execução orçamental do quarto trimestre, que se enquadra nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, do n.º 4 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.
4. O presente relatório tem, assim, por objetivos:
  - I. Apresentar o grau de execução dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais fixados no PAO 2017 a 31 de Dezembro de 2017;

<sup>1</sup> Alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28/12.



- II. Explicitar os níveis de execução orçamental no 4º trimestre, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
  - III. Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.
5. À semelhança do Relatório de Monitorização do PAO 2017 acumulado do 3º Trimestre de 2017, o presente Relatório foi elaborado com base no mapeamento efetuado entre o conjunto de actividades principais e os objectivos operacionais contidos no PAO 2017, que, por sua vez, foi construído como um documento de continuidade dos objectivos estratégicos e actividades desenvolvidas no PAO 2016, decorrente do contexto do momento em que este foi desenvolvido (na fase final do Plano Estratégico do mandato 2014-2016, ainda sem o Plano Estratégico 2017-2019).
6. A análise realizada permitiu verificar que **57%** do total de atividades previstas se encontram concluídas, **9%** das atividades estão em fase de conclusão e **17%** estão em curso. Existem ainda **17%** de atividades em fase inicial ou não iniciadas. Noutra perspetiva, verifica-se que os Objectivos Estratégicos 5 (Promover a inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e SNS) e 6 (Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores) mantêm um nível de desempenho abaixo do que seria esperado e que o Objectivo Estratégico 4 (Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços) e 2 (Aproximar a prestação de serviços das necessidades do SNS/MS) apresentam o maior grau de realização.

### Proposta

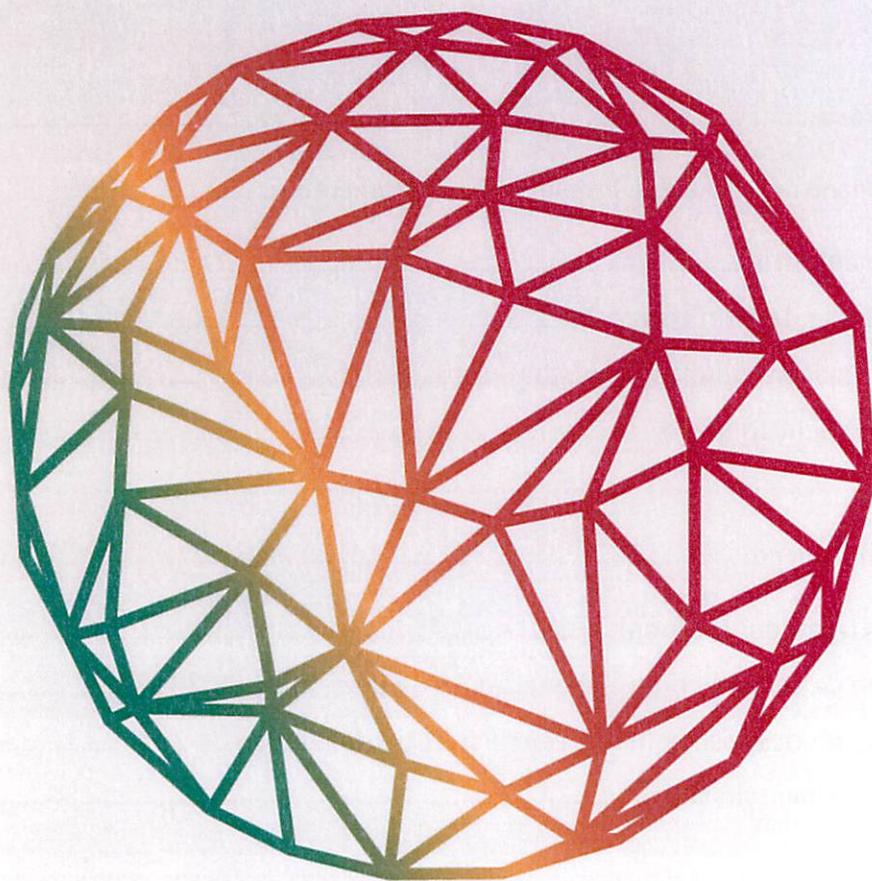
7. Propõe-se, assim, ao Conselho de Administração da SPMS, o seguinte:
- a. Aprovação do Relatório de Monitorização do PAO 2017 do 4º Trimestre de 2017, que junto se anexa;
  - b. Publicação no site (apenas o Relatório, sem a presente informação);
  - c. Envio à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

À consideração superior,

DIREÇÃO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
ORGANIZACIONAL

A Técnica-superior, Telma Fernandes

**Anexo:** Relatório de Monitorização do 4º Trimestre do PAO 2017.



Relatório de Monitorização do  
Plano de Atividades, Investimento e Orçamento

---

4º Trimestre de 2017



**SPMS**<sub>EPE</sub>  
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



<b>I. Nota Introdutória.....</b>	<b>2</b>
<b>II. Execução do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento .....</b>	<b>4</b>
1. Enquadramento .....	4
2. Metodologia de Monitorização .....	6
3. Evolução das atividades previstas – Ano de 2017 .....	7
4. Notas à Execução do PA.....	12
<b>III. Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>IV. Execução do orçamento .....</b>	<b>16</b>
a. Análise Orçamental Global .....	16
b. Execução da receita com referência a 31 de dezembro de 2017.....	17
c. Execução da despesa com referência a 31 de dezembro de 2017 .....	19
<b>V. Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>22</b>
1. Balanço.....	22
2. Demonstração de Resultados.....	23
3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	24
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	25
5. Notas às Demonstrações Financeiras .....	26
<b>VI. Indicadores.....</b>	<b>31</b>
<b>VII. Conclusão .....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXO I – MAPA DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS DA SPMS.....</b>	<b>35</b>
<b>ANEXO II - LEGISLAÇÃO PUBLICADA COM IMPACTO NA ATIVIDADE DA SPMS .....</b>	<b>36</b>

## I. Nota Introdutória

Nos termos dos artigos 43º e 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro<sup>1</sup>, incumbe à SPMS, enquanto empresa pública, a obrigatoriedade de elaboração de um Plano anual de Atividades, Investimento e Orçamento (PAO) e, conforme o artigo 25º do mesmo diploma, a necessidade de elaboração de relatórios demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.

Neste sentido, e na sequência do Relatório de Actividades relativo aos 1º, 2º e 3º trimestres de 2017, pretende o presente relatório apresentar, com referência ao 4º trimestre de 2017, a execução dos objectivos e actividades previstas no Plano de Acção e Orçamento para aquele ano.

O Plano anual de Atividades constitui um documento de elaboração e divulgação obrigatória e, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, deve discriminar os objectivos a atingir, os programas a realizar e os recursos a utilizar, o qual, após aprovação pelo ministro competente, fundamentará a proposta de orçamento a apresentar na fase de preparação do Orçamento do Estado.

Decorrente do contexto em que foi desenvolvido o Plano de Actividades para 2017, na fase final do Plano Estratégico do mandato 2014-2016, tendo a nomeação do Conselho de Administração ocorrido em Julho de 2017, e a aprovação do Plano Estratégico em Setembro de 2017, entendeu-se o documento como um instrumento de continuidade dos objetivos estratégicos e atividades desenvolvidas no PAO 2016 e orientador das atividades e ações previstas para 2017.

Por conseguinte, o relatório de actividades que integrou os três trimestres de 2017 efetuou um mapeamento entre o conjunto de actividades principais e os objectivos operacionais, contidos no PAO 2017, e os objectivos estratégicos elencados no Plano Estratégico 2014-2016.

A este mapeamento atribuiu-se uma escala de níveis de execução que, com os contributos dos responsáveis das diferentes áreas da SPMS, permitiram identificar o grau de execução de cada atividade à data de 31 de dezembro de 2017.

O presente relatório, para além do acompanhamento da execução do PAO 2017, no 4º trimestre de 2017, relativamente às iniciativas identificadas para cada Objetivo Estratégico, integra em anexo o relatório de execução orçamental do 4º trimestre, por força das obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do

---

<sup>1</sup> Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei 42/2016, de 28 de dezembro.



artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, do n.º 4 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março<sup>2</sup>, bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS<sup>3</sup>.

O presente relatório tem os seguintes objetivos:

- i. Apresentar o grau de evolução no cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais fixados no PAO 2017 pela SPMS, no 4º trimestre do ano;
- ii. Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- iii. Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

<sup>2</sup> Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2017.

<sup>3</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, n.º 209/2015, de 25 de setembro, n.º 32/2016, de 28 de junho, e n.º 69/2017, de 16/06..

## II. Execução do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento

### 1. Enquadramento

Conforme referido em cima, o PAO 2017 foi construído no seguimento dos objectivos estratégicos e actividades delineados no PAO 2016, garantindo a continuidade mas reconhecendo igualmente a necessidade de mudança, reforma e inovação, bem como a complexidade da resposta aos constantes desafios colocados à SPMS. São disso exemplo a entrada em funcionamento da nova plataforma eletrónica de Gestão Partilhada da Frota do Ministério da Saúde (GPFMS), ou a realização do evento Portugal eHealth Summit, em Lisboa, centrado no processo de transformação digital da Saúde.

Teve, igualmente, grande impacto nas actividades da SPMS a publicação de legislação decorrente da estratégia ministerial para o setor (conforme Anexo). Com efeito, os principais temas estratégicos adoptados no anterior Plano Estratégico, mantiveram-se atuais no ano 2017 e são eles:

- Reforçar a autoridade nas TIC e nas Compras na área da Saúde;
- Aproximar a prestação de serviços das necessidades do MS/SNS;
- Reforçar a reputação/*Branding*;
- Fortalecer a sustentabilidade financeira pela diversificação de fontes de financiamento.

Por outro lado, foram também incorporados no Plano de Atividades o contributo da SPMS para as Grandes Opções do Plano de 2016-2019, as orientações do Orçamento de Estado de 2017, o compromisso assumido perante a ACSS no âmbito do contrato-programa e demais *stakeholders* (DGS, Regiões Autónomas, outros Ministérios, Comissão Europeia, entre outros), destacando-se, nestas áreas, a simplificação administrativa e valorização de funções públicas, a defesa do SNS e a promoção da saúde.

Os objetivos estratégicos (OE) assumidos em continuidade com o plano anterior, conforme referido em cima, foram assim:

- **OE1:** Reforçar a governação nas TIC e nas compras;
- **OE2:** Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e do Serviço Nacional de Saúde (SNS)/Ministério da Saúde (MS);
- **OE3:** Otimizar os recursos do SNS /MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS;
- **OE4:** Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços;
- **OE5:** Promover inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e no SNS;
- **OE6:** Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores.

Estes OE refletem a organização da SPMS nas suas duas áreas essenciais:



- Área de negócio, que assume a gestão e operação do ciclo de vida dos serviços prestados, bem como a gestão de clientes, de serviços e a inovação.
- Área de suporte, que assegura as atividades transversais de apoio administrativo, gestão financeira, patrimonial, de recursos humanos, recursos logísticos e aprovisionamento, apoio jurídico e contencioso.

O PAO 2017 encontra-se, pois, assente naqueles OE enquadrados pelas iniciativas/atividades definidas como necessárias para o seu cumprimento pelas Direções e Coordenações da SPMS (ver Anexo I). Estas iniciativas/atividades assumem no plano aprovado uma perspetiva de objetivo operacional (OOP) e de atividades a realizar em cada área de direção e coordenação. A tabela seguinte mostra o número de atividades previstas por OOP, para cada um dos OEs.

Descrição		OOP	Atividades
OE 1	Reforçar a governação nas TIC e nas compras	6	8
OE 2	Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e do SNS e MS	11	49
OE 3	Otimizar os recursos do SNS /MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS	6	18
OE 4	Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços	4	16
OE 5	Promover inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e no SNS	1	3
OE 6	Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores	1	1
<b>Total</b>		<b>27</b>	<b>95</b>



## 2. Metodologia de Monitorização

Para a elaboração do presente Relatório, foi solicitado aos responsáveis das várias Direções e Coordenações da SPMS, a indicação, de acordo com uma escala percentual, do estado ou grau de execução, à data de 31 de Dezembro de 2017, de cada uma das 95 actividades previstas realizar durante o ano 2017 para atingir cada um dos 27 objetivos operacionais (OOP) definidos no PAO 2017.

Considerando uma análise qualitativa ao estado das actividades realizadas durante o ano, o presente relatório apresenta, assim, os resultados da execução do PAO 2017 à data de 31 de Dezembro de 2017.

O estado de execução de cada atividade foi classificado de acordo com uma escala de intervalos de valores percentuais correspondentes a cinco níveis de execução, designadamente, não iniciada, iniciada, em curso, em conclusão e concluída. A cada atividade foi, assim, atribuído um dos seguintes estados:

- 0% - não iniciada
- 1% - 25% - iniciada
- 26% - 75% - em curso
- 76% - 99% - em conclusão
- 100% - concluída

De acordo com esta autoavaliação levada a cabo por cada um dos responsáveis das diferentes áreas, o nível de desenvolvimento do Plano de Atividades é, então, apresentado segundo duas perspectivas:

- 1) **Uma visão global de todas as actividades do PAO 2017** considerando o seu estado de execução;
- 2) **Uma visão dos Objetivos Operacionais de cada Objetivo Estratégico (OE)**, considerando, mais uma vez, o estado de realização das actividades previstas em cada um dos objetivos operacionais. Assim, cada OOP é avaliado consoante as actividades nele previstas se encontram realizadas ou não. Nomeadamente,
  - Considera-se **cumprido** o OOP com mais de 80% das actividades concluídas. Nesta medida, o grau de cumprimento de cada OOP contribui para o cumprimento do OE a que diz respeito;
  - Considera-se **não cumprido** o OOP que não tenha, pelo menos, 25% das actividades previstas no seu âmbito concluídas. Sendo que OOP não cumprido não contribui para o cumprimento do OE associado.

### 3. Evolução das atividades previstas – Ano de 2017

#### 1) Evolução global do desempenho da SPMS

O quadro seguinte permite observar o desempenho global da SPMS com base no estado de execução de todas as atividades previstas no PAO 2017. Da análise, podemos concluir que **57%** do total de atividades se encontram concluídas, **9%** estão em fase de conclusão e **17%** das atividades estão em curso. Existem ainda **17%** de atividades em fase inicial ou não iniciadas.

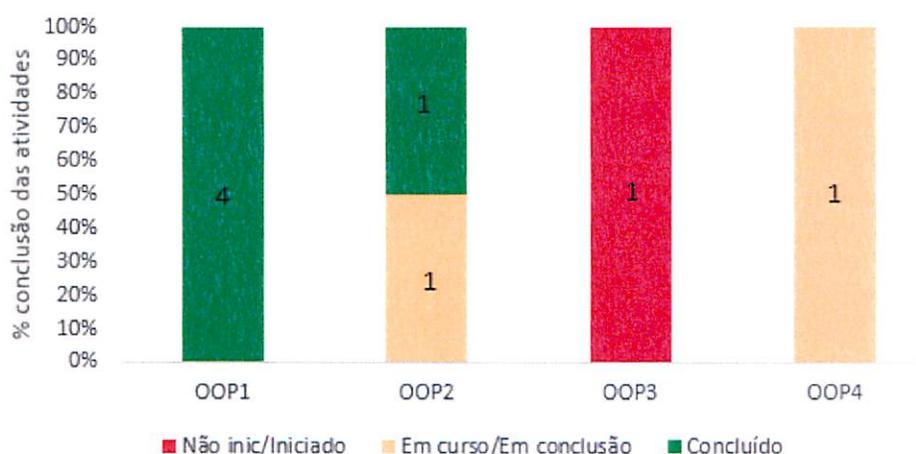


#### 2) Evolução por Objetivo Estratégico e Objetivos Operacionais

Os gráficos seguintes apresentam, por Objectivo Estratégico, o nível de desempenho da organização de acordo com o grau de cumprimento dos Objectivos Operacionais, avaliado pelo estado de execução das atividades compreendidas em cada um deles.

**a. OE 1 - Reforçar a autoridade nas TIC e nas compras na área da Saúde**

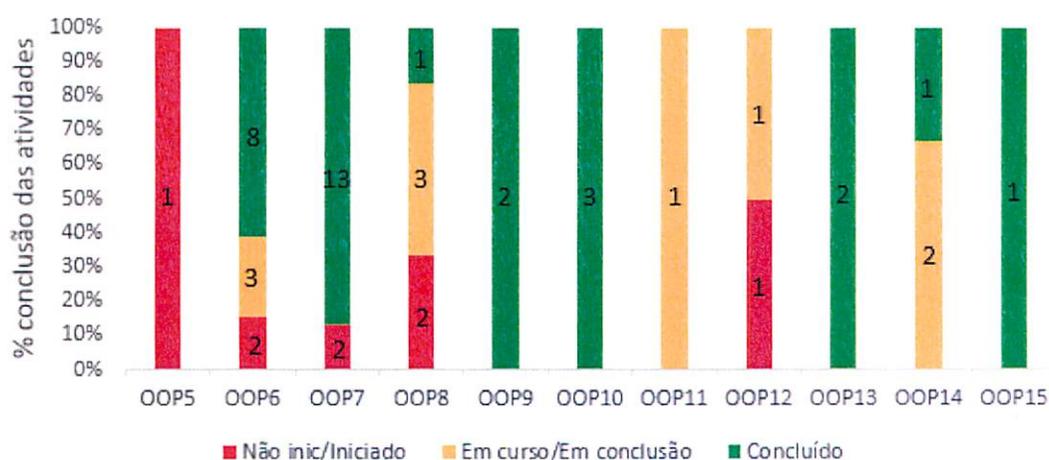
**Evolução dos OOPs do OE1  
de acordo com o estado das suas atividades**



Relativamente ao **OE1 - Reforçar a autoridade nas TIC e nas compras na área da Saúde**, verificamos que o objetivo operacional 1 tem todas as atividades concluídas, assim como uma das duas actividades do objectivo operacional 2, observando-se, contudo, que a 31 de dezembro, os restantes objetivos operacionais têm as respetivas atividades ainda não iniciadas ou em curso. Do total de atividades previstas para este objetivo estratégico, verifica-se que 62,5% das atividades se encontram concluídas.

**b. OE 2 – Aproximar a prestação de serviços das necessidades do SNS/MS**

**Evolução dos OOPs do OE2  
de acordo com o estado das suas atividades**

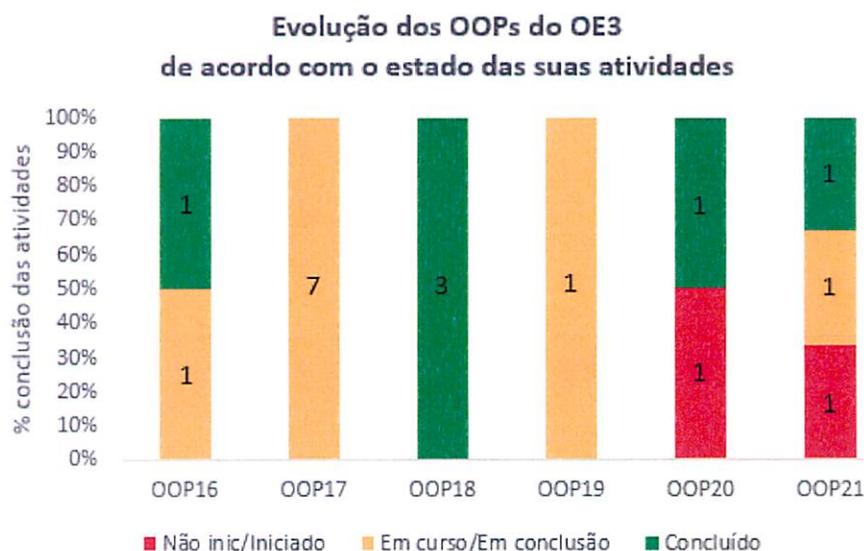


O **OE2 - Aproximar a prestação de serviços das necessidades do SNS/MS**, que integra o maior número de atividades previstas (49) nos seus objetivos operacionais, tem quatro OOPs cumpridos e cinco com taxa de



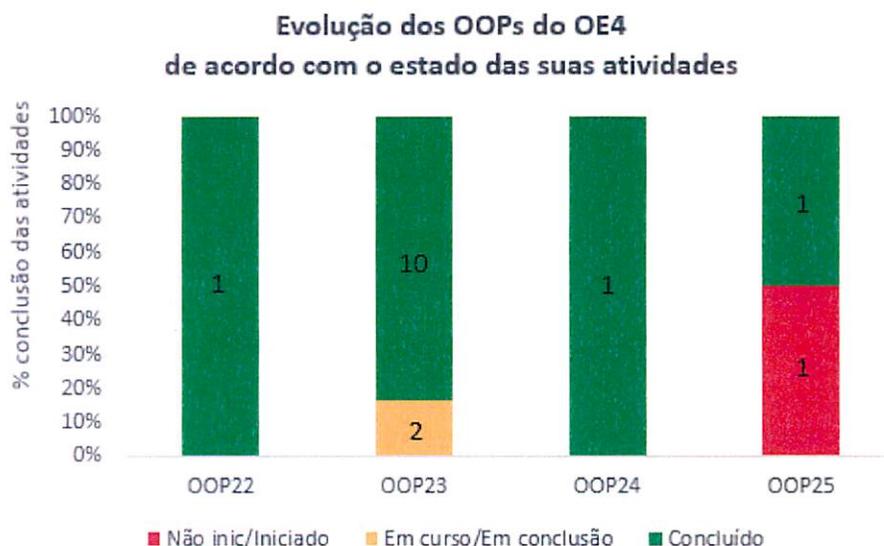
execução superior a 50%, mantendo, contudo, um OOP (5) ainda não iniciado. Encontram-se já concluídas ou em fase de conclusão, à data, 73% das atividades associadas a este objetivo estratégico.

c. OE 3 – Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS



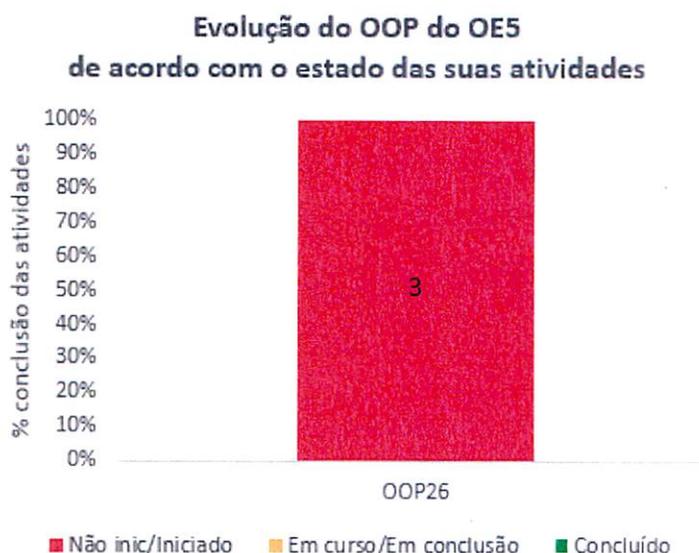
Da análise do gráfico acima, podemos concluir que, dos objetivos operacionais definidos para cumprimento do OE3 – Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS, na perspetiva das atividades que os compõem, um se encontra cumprido, outros três em fase de conclusão e os restantes em curso. Do total de 18 atividades associadas a este objetivo estratégico, 55% estão em curso ou em fase de conclusão, 34% concluídas e 11% não iniciadas à data.

d. OE 4 – Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços



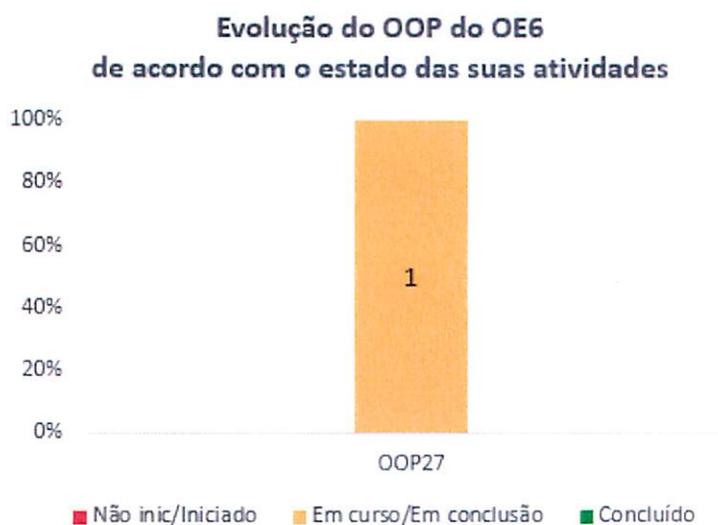
Do gráfico acima, verificamos o grau de cumprimento do **OE4 - Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços**, observando o estado dos objetivos operacionais de acordo com a taxa de execução das atividades que os sustentam. Assim, das 16 atividades previstas para cumprimento dos 4 objetivos operacionais, 13 encontram-se concluídas, 2 em curso ou em fase de conclusão e 1 não iniciada.

**e. OE 5 – Promover Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS**



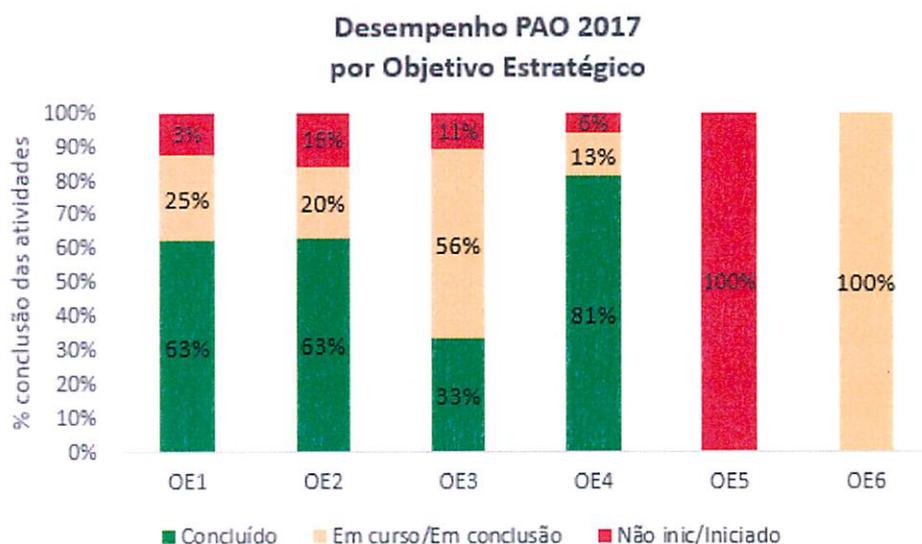
Das 3 atividades previstas no âmbito do OOP 26, “Consolidação do núcleo de inovação que permita, em conjunto com um comité estratégico, garantir o desenvolvimento da gestão estratégica da inovação no SIS”, verifica-se que nenhuma foi iniciada à data de 31 de dezembro. Este objetivo operacional foi definido com a intenção de desenvolver a promoção da inovação, da investigação e o desenvolvimento na SPMS e no SNS.

**f. OE 6 – Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores**



Para o desenvolvimento do OE6, foi definido como o objetivo operacional “Continuar o programa de Gestão de Competências do eSIS, com vista a promover e adequar competências necessárias à transformação digital”. Neste sentido, podemos verificar que a atividade se encontra em curso, sendo certo que, no ano 2017, foram realizadas 21 ações de formação para as instituições do eSIS em Conceitos Fundamentais da Arquitetura Empresarial, COBIT 5 Foundation, COBIT 5 para Gestão do Risco e Segurança, Auditoria e Controlo de Sistemas de Informação e 11 Workshops de Transformação Digital, num total de 1568 horas de formação, abrangendo 127 profissionais de 62 instituições. Para os colaboradores da DSI foram realizadas 43 ações de formação, num total de 7.195 horas frequentadas.

Concluindo esta análise ao Plano de Atividades de 2017 da SPMS, verificamos o seguinte ponto de situação dos objetivos operacionais associados a cada um dos objetivos estratégicos, relativamente ao estado de realização das atividades neles previstas:



#### 4. Notas à Execução do PA

Em resultado da autoavaliação feita pelos responsáveis das Direções da SPMS, relativamente às atividades previstas no plano para cada OOP e OE, é possível concluir que os Objetivos Estratégicos 5 (**Promover a inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e SNS**) e 6 (**Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores**) mantêm um nível de desempenho abaixo do que seria esperado e que os Objetivos Estratégicos 4 (**Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços**) e 2 (**Aproximar a prestação de serviços das necessidades do SNS/MS**) apresentam o maior grau de realização.

De notar que, tal como vem sendo comum em anos anteriores, a SPMS desenvolveu as atividades planeadas, no ano de 2017, em simultâneo com outras não previstas e que surgiram em resposta a solicitações da tutela, quer por via da legislação publicada (ver Anexo II) quer no seguimento de orientações diretamente emanadas do Gabinete do Ministro da Saúde. São disso exemplo, a criação do Centro Nacional de TeleSaúde, para promoção do uso das tecnologias de informação e comunicação, como parte do processo de reforma do SNS, e que gerou a necessidade de uma reorganização interna e otimização dos recursos existentes na SPMS.

Elencam-se, em seguida, algumas atividades realizadas durante o 4º trimestre com elevado impacto no sistema de saúde e no desempenho da SPMS:

-  Realização da conferência Robotics – The future of Health?, com a presença de Takanori Shibata, cientista e professor em Tóquio e nos Estados Unidos da América, que esteve na SPMS para falar sobre robótica, que apresentou o robot PARO, de nona geração, orientado para terapias nas áreas da Demência, Alzheimer e outras doenças do foro cognitivo;
-  Integração do novo cartão eTestamento vital na aplicação MySNS Carteira, permitindo consultar e descarregar o testamento vital no smartphone.
-  Assinatura de Contratos ao Abrigo do Acordo-Quadro de Cibersegurança, nas instalações da SPMS, EPE, em Lisboa, permite a garantia da uniformização das regras do serviço, o que reduzirá os custos das entidades e instituições do SNS, dotando-as de melhor coordenação e partilha de boas práticas, na área da segurança da informação;
-  Participação da SPMS, no âmbito do CBeHIS – Cross Border eHealth Information Services, no “2nd CEF eHDSI Patient Summary Delivery Workshop”, que decorreu em Praga, República Checa, com o objetivo final de definição de estratégias de alinhamento entre os diferentes países da União Europeia para o Patient Summary (Resumo Clínico), estabelecendo as principais metas, objetivos e um plano de cooperação;
-  Participação da SPMS, em representação de Portugal, no âmbito do projeto Trillium II, na reunião de alinhamento e ponto de situação do projeto, em Bruxelas, com o objetivo de partilha transatlântica



do Resumo Clínico do Utente RCU2 (Patient Summary), com orientação a novas iniciativas de Resumos Clínicos, pretendendo tomar a liderança na criação e difusão de um Standard de Resumo Clínico internacional (International Patient Summary Standard);

- 🌐 Sessão de apresentação do processo de desmaterialização dos Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD), nomeadamente as alterações introduzidas ao nível da Prescrição, realizada no auditório do Infarmed, em Lisboa;
- 🌐 Apresentação do “Projeto HOSP - Hospital de Ovar sem Papel”, no âmbito do processo da transformação digital, liderado pela SPMS, EPE, realizada no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, com a presença do Ministro da Saúde em videoconferência.
- 🌐 Conclusão, no âmbito do processo de implementação da versão 2.5 do SClínico Cuidados de Saúde Primários, do deploy nacional.
- 🌐 Organização, em colaboração com a Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA), da 3.ª eHealth Security Conference, na Faculdade de Medicina Dentária em Lisboa, sob o mote “Proteção do Hospital do futuro”;
- 🌐 Assinatura de Acordo de Adesão entre a SPMS, EPE e a ANF – Associação Nacional de Farmácias, no âmbito da cibersegurança, com o objetivo de estabelecer formas de cooperação entre a SPMS e a ANF para a troca de conhecimento e aprofundamento das suas capacidades de cibersegurança, assim como o desenvolvimento das capacidades nacionais de cibersegurança no setor da saúde;
- 🌐 Assinatura de protocolo entre a SPMS, EPE e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), em Lisboa, com o objetivo de melhorar o acompanhamento da saúde dos reclusos em todos os estabelecimentos prisionais, e a expansão, até final de 2018, de um sistema de TeleSaúde;
- 🌐 Participação da SPMS, em representação de Portugal, na 12ª reunião de eHealth Network, em Bruxelas, onde foi aprovado o Multiannual Work Programme para 2018-2021, com vista à interoperabilidade nacional e transfronteiriça;
- 🌐 Assinatura de Protocolo de Cooperação entre a SPMS, EPE e o Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST), no Centro de Transplantação de Lisboa (Hospital Pulido Valente), com vista ao desenvolvimento de atividades conjuntas, no âmbito da divulgação e sensibilização para a vacinação e para a dádiva de sangue, bem como na divulgação e promoção dos sistemas de informação e comunicação da Saúde, que permitam uma maior proximidade do cidadão ao SNS;
- 🌐 Reunião da SPMS com representantes do Conselho da Europa, para apresentação da plataforma eletrónica das Compras, o sistema e gestão do projeto das compras públicas, e outros temas inerentes à contratação pública, nas instalações da SPMS, EPE;
- 🌐 Assinatura de protocolo entre a SPMS e o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) para a criação do Centro de Desenvolvimento e Capacitação em Cibersegurança na Saúde.com o objectivo



de contribuir para a divulgação, em todo o Serviço Nacional de Saúde, das melhores práticas em cibersegurança, promover a formação e capacitação em tecnologias de informação e cibersegurança para profissionais de saúde, dinamizar a formação, integrada nos currículos das universidades e politécnicos e, ainda, potenciar o desenvolvimento de inovações tecnológicas em matéria de ciberdefesa relevante aos riscos próprios da saúde.

-  Promoção da conferência “SNS –Melhores Dados Mais Transparência”, com o objetivo de debater as várias vertentes do ciclo de vida dos dados, no Centro de Congressos de Lisboa;
-  Aquisição de 22 novas VMER – Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação, na sequência do processo aquisitivo centralizado desenvolvido pela SPMS, EPE, para entrega pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) a unidades hospitalares;
-  Arranque do curso de formação à distância, através da plataforma eStudo da SPMS, sobre Princípios Básicos da Reeducação Respiratória pós-AVC no Hospital Agostinho Neto, na cidade da Praia, em Cabo Verde, resultante de uma parceria entre as Direções de Recursos Humanos e o Centro Nacional de TeleSaúde da SPMS, EPE, e o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais. Primeiro curso de formação nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa);
-  Contactos pró-ativos do SNS 24 – Desde o dia 30 de outubro, o SNS 24 passou a contactar pró-ativamente os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que recebem notas de transferência entre hospitais públicos ou vales de cirurgia para os convencionados ou para o setor social, apoiando uma tomada de decisão mais rápida por parte dos utentes e facilitando os procedimentos de agendamento das cirurgias. Em parceria com a ACSS, IP, o projecto permite que os utentes referenciados para cirurgia, que tenham recebido vale-cirurgia, serão contactados pelos operadores do Centro de Contacto do SNS, altura em que serão informados sobre as opções existentes, de forma a obterem uma resposta célere de tratamento.
-  Realização do III Seminário de Compras Públicas na Saúde, subordinado ao tema “Novo Código dos Contratos Públicos & 1º EPeP European Public eProcurement”, nos dias 5 e 6 de Dezembro, no Auditório da Universidade Nova de Lisboa
-  Apresentação da Plataforma BI-CSP (Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários), integrada no Portal do SNS, com acesso direto através do menu da “Transparência”, no Auditório do Centro de Investigação Médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
-  Primeira instalação da plataforma Local Interoperability Gateway for Healthcare (LIGHT) num hospital com SONHO v1, no Centro Hospitalar do Baixo Vouga.



### III. Introdução

O presente relatório trimestral de execução orçamental enquadra-se nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro<sup>4</sup>, do n.º 4 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março<sup>5</sup>, bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)<sup>6</sup>.

Este relatório tem por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

---

<sup>4</sup> Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

<sup>5</sup> Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2017.

<sup>6</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, n.º 209/2015, de 25 de setembro, n.º 32/2016, de 28 de junho, e n.º 69/2017, de 16/06..

## IV. Execução do orçamento

### a. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos e de compromissos assumidos e por pagar.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental				
Principais agregados	DEZ - 2016	DEZ - 2017	Variação	%
Previsões Corrigidas	87.232.960,00 €	87.936.208,00 €	703.248,00 €	1%
Receitas Liquidadas	79.599.468,00 €	69.062.057,00 €	- 10.537.411,00 €	-13%
Liquidações anuladas	4.597.306,00 €	5.639.485,00 €	1.042.179,00 €	23%
Recebimentos	73.002.622,00 €	57.919.864,00 €	- 15.082.758,00 €	-21%
Dotações corrigidas	87.921.336,00 €	82.077.947,00 €	- 5.843.389,00 €	-7%
Cativos ou congelamentos	8.011.527,00 €	4.508.664,00 €	- 3.502.863,00 €	-44%
Compromissos assumidos	73.638.358,00 €	61.169.716,00 €	- 12.468.642,00 €	-17%
Saldo de gerência anterior	2.721.950,00 €	5.759.261,00 €	3.037.311,00 €	112%
Reembolsos e restituições	2.637.888,00 €	5.286.214,00 €	2.648.326,00 €	100%
Pagamentos	67.327.424,00 €	47.657.801,00 €	- 19.669.623,00 €	-29%
<b>Saldo</b>	<b>5.759.261,00 €</b>	<b>10.735.110,00 €</b>	<b>4.975.849,00 €</b>	<b>86%</b>

Outros indicadores	DEZ - 2016	DEZ - 2017	Variação	%
Receita por cobrar no início	4.597.306,00 €	5.278.546,00 €	681.240,00 €	15%
Receita por cobrar no final	5.278.546,00 €	5.021.994,00 €	- 256.552,00 €	-5%
Compromissos por pagar	6.310.934,00 €	13.511.915,00 €	7.200.981,00 €	114%

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

No quarto trimestre de 2017 a SPMS apresenta uma diminuição na receita cobrada e liquidada face a 2016, consequência do aumento de capital no valor de 19.637.140€, ocorrido em setembro de 2016, para fazer face, exclusivamente, à cobertura da amortização antecipada da dívida bancária resultante da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares Empresas SOMOS, já referida em relatórios anteriores.

A SPMS assumiu compromissos, até dezembro de 2017, no montante de cerca de 61,1M€, dos quais 13,5M€ ficaram por pagar.



## b. Execução da receita com referência a 31 de dezembro de 2017

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS

dez-17

Descrição		Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cob ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Receita cobrada líquida	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)
Font. Fin.	Agrup. Designação	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]+[6]	[8]	[9]=[7]-[8]	[2]+[3]-[4]-[7]	[10]=[9]/[1]
3.1.3	R16.01 SALDO ORÇAMENTAL	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	- €	3.556.613 €	3.556.613 €	- €	- €	100,0%
3.1.9	R06.03 RECEITAS CORRENTES	34.631.431 €	- €	30.163.359 €	- €	30.163.359 €	- €	30.163.359 €	- €	30.163.359 €	- €	87,1%
3.1.9	R08.01 OUTRAS	1.201 €	- €	1.200 €	- €	1.200 €	- €	1.200 €	- €	1.200 €	- €	99,9%
3.1.9	R15.01 REPOSIÇÕES N ABATIDAS	212.264 €	- €	212.263 €	- €	212.263 €	- €	212.263 €	- €	212.263 €	- €	100,0%
4.1.2	R06.09 RESTO DO MUNDO	2.516.874 €	- €	779.203 €	- €	779.203 €	- €	779.203 €	- €	779.203 €	- €	31,0%
4.8.2	R06.09 RESTO DO MUNDO	270.178 €	- €	215.736 €	- €	215.736 €	- €	215.736 €	- €	215.736 €	- €	79,8%
4.8.8	R16.01 SALDO ORÇAMENTAL	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	473.047 €	- €	100,0%
5.1.0	R05.03 JUROS - ADMINISTRACOES PUBLICAS	1.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0	R07.02 SERVICOS	41.545.599 €	5.278.546 €	28.932.715 €	5.639.485 €	18.595.992 €	4.953.790 €	23.549.782 €	- €	23.549.782 €	5.021.994 €	56,7%
5.1.0	R08.01 OUTRAS	996.724 €	- €	996.644 €	- €	996.644 €	- €	996.644 €	- €	996.644 €	- €	100,0%
5.1.0	R15.01 REPOSIÇÕES N ABATIDAS	1.676 €	- €	1.675 €	- €	1.675 €	- €	1.675 €	- €	1.675 €	- €	99,9%
5.2.0	R16.01 SALDO ORÇAMENTAL	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	- €	1.729.601 €	1.729.601 €	- €	- €	100,0%
5.4.0	R06.03 RECEITAS CORRENTES	2.000.000 €	- €	2.000.000 €	- €	2.000.000 €	- €	2.000.000 €	- €	2.000.000 €	- €	100,0%
<b>Total</b>		<b>87.936.208 €</b>	<b>5.278.546 €</b>	<b>69.062.057 €</b>	<b>5.639.485 €</b>	<b>58.725.334 €</b>	<b>4.953.790 €</b>	<b>63.679.124 €</b>	<b>5.286.214 €</b>	<b>58.392.910 €</b>	<b>5.021.994 €</b>	<b>66,4%</b>

Figura 2 – Execução orçamental da receita por subagrupamento

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 66%. No final do 4º trimestre de 2017 a execução da receita é inferior à execução prevista. Esta situação deve-se em parte ao facto da SPMS não ter recebido cerca de 4,5M€ do valor faturado à Administração Central do Sistema de Saúde no âmbito do Contrato Programa estabelecido com aquela entidade. No entanto de salientar que inicialmente foi previsto uma receita no montante de 15.625.500€ referente a novos serviços e fees, os quais não se concretizaram.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de dezembro.

(Unid Monetária: Euros)

Receita	DEZ - 15	DEZ - 16	DEZ - 17
Valor Orçamentado	76.434.104,00 €	87.232.960,00 €	87.936.208,00 €
Valor Executado	65.667.243,00 €	73.086.684,00 €	58.392.910,00 €
<b>Grau de Execução</b>	<b>86%</b>	<b>84%</b>	<b>66%</b>

Figura 3 – Evolução da execução do orçamento da receita



Figura 4 – Evolução do grau de execução da receita

A 31 de dezembro 2017 a SPMS recebeu o correspondente a doze duodécimos provenientes do montante inscrito no Orçamento de Estado como transferências correntes.

### Estrutura das Receitas

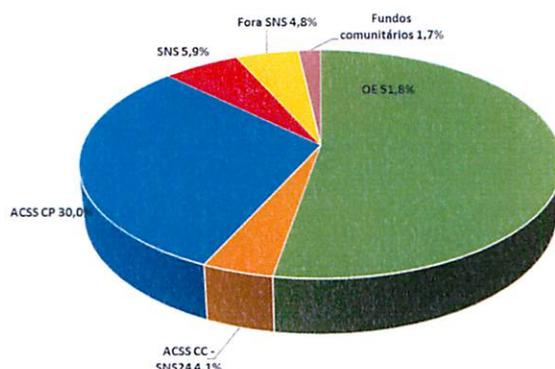


Figura 5 – Estrutura das receitas

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita:

(Unid Monetária: Euros)

DEZ2017 - Resumo da execução da receita - Comparação com o esperado								
F.F.	Económica	Fontes de Receita	Saldo de 2016	Receita inicial estimada	Prespetiva de Recebimentos	Emissão	Cobrança	Grau de ex. (%)
3.1.9	06.03.07	ACSS CP - Contínuo	- €	28.000.000,00 €	28.000.000,00 €	28.000.000,00 €	28.000.000,00 €	100%
3.1.9	06.03.07	ACSS CC - SNS24	- €	- €	6.638.977,00 €	2.163.359,00 €	2.163.359,00 €	33%
3.1.9	08.01.99	Outras	- €	- €	1.200,00 €	1.200,00 €	1.200,00 €	100%
3.1.9	15.01.01	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	212.263,00 €	212.263,00 €	212.263,00 €	100%
4.1.2	06.09.01	SAMA	- €	592.859,00 €	779.203,00 €	779.203,00 €	779.203,00 €	100%
4.8.2	06.09.01	UE	- €	270.178,00 €	215.736,00 €	215.736,00 €	215.736,00 €	100%
5.1.0	05.03.01	Juros	- €	1.000,00 €	- €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	1.776.924,00 €	7.084.800,00 €	17.780.788,00 €	17.780.788,00 €	15.079.353,00 €	77%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - PRITIC (2016)	1.807.814,00 €	9.259.194,00 €	1.768.829,00 €	- 38.984,00 €	1.759.912,00 €	49%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Medidas do governo (2016)	520.575,00 €	1.845.000,00 €	511.658,00 €	- 8.918,00 €	520.575,00 €	50%
5.1.0	07.02.99.B0	Serviços Partilhados	525.100,00 €	2.748.774,00 €	3.302.036,00 €	2.904.423,00 €	3.031.762,00 €	79%
5.1.0	07.02.99.B0	SITAM		316.325,00 €	387.251,00 €	387.251,00 €	387.251,00 €	100%
5.1.0	07.02.99.C0	Direção Geral da Saúde	552.455,00 €	3.388.755,00 €	2.495.616,00 €	1.950.451,00 €	2.452.377,00 €	80%
5.1.0	07.02.99.C0	Açores (Saudaçor)		917.896,00 €	216.075,00 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.C0	INCM	48.053,00 €	225.495,00 €	273.548,00 €	270.019,00 €	270.176,00 €	84%
5.1.0	07.02.99.C0	Iasaúde (Instituto de Administração da Saúde)	25.620,00 €	137.268,00 €	151.449,00 €	45.384,00 €	25.620,00 €	14%
5.1.0	07.02.99.C0	Santa casa Misericórdia	22.007,00 €	- €	22.007,00 €	- €	22.007,00 €	50%
5.1.0	07.02.99.C0	Outros	- €	- €	2.816,00 €	2.816,00 €	749,40 €	27%
5.1.0	07.02.99.D0	Fees a fornecedores	- €	15.625.500,00 €	- €	- €	- €	0%
5.1.0	08.01.99	Outros	- €	- €	996.644,00 €	996.644,00 €	996.644,00 €	100%
5.1.0	15.01.01	Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	1.675,00 €	1.675,00 €	1.675,00 €	100%
5.4.0	06.03.07	ACSS CP - Contínuo (ADICIONAL)	- €	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	100%
<b>Total</b>			<b>5.278.548,00 €</b>	<b>72.413.044,00 €</b>	<b>65.757.771,00 €</b>	<b>57.663.310,00 €</b>	<b>57.919.862,40 €</b>	<b>82%</b>

Figura 6 – Grau de execução da receita



### c. Execução da despesa com referência a 31 de dezembro de 2017

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS										Un: euro	
dez-17											
Descrição			Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fin.	Agrup.	Designação	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[3]-[4]	[7]=[3]-[5]	[8]=[4]-[5]	[9]=[5]/[3]
3.1.9	D01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	7.273.090 €	- €	7.273.090 €	7.211.930 €	7.211.930 €	61.160 €	61.160 €	- €	99,2%
3.1.9	D01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	750.022 €	- €	750.022 €	644.045 €	644.045 €	105.977 €	105.977 €	- €	85,9%
3.1.9	D01.03	SEGURANÇA SOCIAL	1.930.751 €	- €	1.930.751 €	1.859.564 €	1.733.177 €	71.187 €	197.574 €	126.387 €	89,8%
3.1.9	D02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	85.167 €	4.318 €	80.849 €	55.776 €	39.396 €	25.073 €	41.453 €	16.380 €	48,7%
3.1.9	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	23.411.616 €	23.439 €	23.388.177 €	22.270.174 €	12.273.281 €	1.118.003 €	11.114.896 €	9.996.893 €	52,5%
3.1.9	D06.02	DIVERSAS	1.344.250 €	1.302.610 €	41.640 €	40.971 €	40.452 €	669 €	1.188 €	519 €	97,1%
4.1.2	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.516.874 €	- €	2.516.874 €	708.089 €	452.110 €	1.808.785 €	2.064.764 €	255.979 €	18,0%
4.8.2	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	270.178 €	- €	270.178 €	- €	- €	270.178 €	270.178 €	- €	0,0%
5.1.0	D02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	511.000 €	- €	511.000 €	454.320 €	336.401 €	56.680 €	174.599 €	117.919 €	65,8%
5.1.0	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	30.952.677 €	221.632 €	30.731.045 €	23.275.319 €	20.482.178 €	7.455.726 €	10.248.867 €	2.793.141 €	66,6%
5.1.0	D03.06	ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	- €	1.000 €	- €	- €	1.000 €	1.000 €	- €	0,0%
5.1.0	D06.02	DIVERSAS	4.220.442 €	2.956.665 €	1.263.777 €	629.984 €	578.288 €	633.793 €	685.489 €	51.696 €	45,8%
5.1.0	D07.01	INVESTIMENTOS	6.810.880 €	- €	6.810.880 €	2.071.399 €	1.988.211 €	4.739.481 €	4.822.669 €	83.188 €	29,2%
5.4.0	D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.000.000 €	- €	2.000.000 €	1.948.146 €	1.878.331 €	51.854 €	121.669 €	69.815 €	93,9%
			82.077.947 €	4.508.664 €	77.569.283 €	61.169.716 €	47.657.801 €	16.399.567 €	29.911.482 €	13.511.915 €	61,4%

Figura 7 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 61%, o que significa que o nível de execução da despesa é prudente face ao nível de execução da receita.

A existência de cativações orçamentais, na ordem dos 4,5M€, limitou a assunção dos compromissos previstos em sede de orçamento e, consequentemente, a capacidade de realização de serviços e respetiva faturação. No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de dezembro.

(Unid Monetária: Euros)			
Despesa	DEZ - 15	DEZ - 16	DEZ - 17
Valor Orçamentado	76.065.545,00 €	87.921.336,00 €	82.077.947,00 €
Valor cativo	7.519.270,00 €	8.011.527,00 €	4.508.664,00 €
Valor Executado	62.945.293,00 €	67.327.424,00 €	47.657.801,00 €
<b>Grau de Execução</b>	<b>92%</b>	<b>84%</b>	<b>61%</b>

Figura 8 - Evolução da execução do orçamento da despesa



Figura 9 - Evolução do grau de execução da despesa

Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.



Figura 10 – Estrutura das despesas

Do valor total pago 74% corresponde a aquisição de serviços e 20% a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social).

Como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa paga acumulada apresentada em dezembro de 2017, foi superior à despesa no mesmo período em 2016, se excluirmos os passivos financeiros. O facto da SPMS ter recebido dois duodécimos do OE de forma antecipada possibilitou fazer face a uma maior execução dos compromissos assumidos.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2016					
Principais agregados	ORÇ. CORR. 2017	DEZ - 2016	DEZ - 2017	Varição homóloga	%
Despesas com o pessoal	9.953.863 €	8.517.996,00 €	9.589.152,00 €	1.071.156,00 €	13%
Aquisição de bens e serviços	59.747.512 €	27.596.308,00 €	35.461.697,00 €	7.865.389,00 €	29%
Outras despesas correntes	5.564.692 €	1.833.650,00 €	618.740,00 € -	1.214.910,00 €	-66%
Investimento	6.810.880 €	3.215.322,00 €	1.988.211,00 € -	1.227.111,00 €	-38%
Outros passivos financeiros	- €	26.164.148,00 €	- € -	26.164.148,00 €	-100%
<b>Total</b>	<b>82.076.947,00 €</b>	<b>67.327.424,00 €</b>	<b>47.657.801,00 € -</b>	<b>19.669.623,00 €</b>	<b>-29%</b>

Figura 11 – Evolução das despesas por agrupamento

Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de compromissos e pagamentos por orgânica.



(Unid Monetária: Euros)

Código	Descrição da Unidade Orgânica	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos por pagar
1	Direção de Assuntos Jurídicos e Contencioso	473.905 €	330.963 €	142.942 €
2	Direção de Comunicação e Relações Públicas	1.109.459 €	991.382 €	118.077 €
5	Direção Financeira	198.914 €	189.121 €	9.793 €
5.1	Unidade de Serviços Financeiros	475.727 €	421.218 €	54.510 €
6	Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	272.717 €	266.734 €	5.982 €
7	Direção de Recursos Humanos	9.852.309 €	9.721.684 €	130.625 €
7.1	Unidade de Recursos Humanos	239.528 €	180.810 €	58.718 €
7.2	Unidade de Serviços Partilhados de Recursos Humanos	1.015.648 €	812.933 €	202.715 €
7.3	Academia da SPMS	151.164 €	141.285 €	9.879 €
10	Unidade de Apoio Geral	1.488.670 €	1.390.325 €	98.345 €
11	Conselho de Administração	45.092 €	45.092 €	- €
12.3	Núcleo de PMO	170.716 €	68.258 €	102.458 €
12.5	Núcleo de Mobilidade e Apps	110.342 €	74.007 €	36.335 €
12.6	Núcleo de @Easy Procurement	12.275 €	12.275 €	- €
14.3	Unidade de Advanced Analytics e Intelligence	1.827.650 €	1.628.399 €	199.251 €
14.4	Unidade de Sistemas de Gestão de Recursos	2.938.556 €	2.380.823 €	557.732 €
14.5	Unidade de Operações e Infraestrutura Central	118.853 €	83.638 €	35.216 €
15.1	Unidade de Gestão do Medicamento e do Dispositivo Médico	1.047.840 €	801.656 €	246.184 €
15.2	Unidade de Sistemas Hospitalares	2.618.172 €	2.400.172 €	218.000 €
15.3	Unidade dos Sistemas de Informação da SPMS	123.333 €	92.769 €	30.564 €
15.4	Unidade dos Projetos e Relações Internacionais	192.688 €	156.369 €	36.319 €
15.5	Unid. de Plataformas de Integração de Cuidados e Serv. para o Cidadão	2.155.058 €	1.409.611 €	745.447 €
15.6	Núcleo de Apoio à DSI	27.102 €	27.102 €	- €
16	Direção de Sistemas de Informação - Secção III	277.460 €	277.460 €	- €
16.1	Unidade de Planeamento, Arquitetura e Auditoria	386.007 €	358.015 €	27.992 €
16.2	Unid. de Projetos de Sistemas de Cuidados Primários e de Proximidade	2.383.956 €	1.804.923 €	579.033 €
16.3	Unidade de Projetos de Gestão de Serviço e Suporte	1.261.275 €	827.679 €	433.596 €
16.4	Unidade de Operação e Infraestruturas Regionais e Locais	19.822.955 €	15.405.273 €	4.417.682 €
16.5	Unidade de Registos Nacionais e Interoperabilidade Técnica	1.307.916 €	978.674 €	329.242 €
16.6	Núcleo do eSIS	384.206 €	309.093 €	75.113 €
17	Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais	393.337 €	327.695 €	65.641 €
17.1	Unidade Ministerial de Compras	9.261 €	6.735 €	2.526 €
18	Direção de Compras de Bens e Serviços de Saúde	758.482 €	729.583 €	28.899 €
18.1	Unidade de Compras Agregadas de Bens e Serviços de Saúde	17.479 €	17.479 €	- €
19	Direção de Compras Públicas Internas	57.231 €	56.091 €	1.140 €
19.1	Unidade de Aprovisionamento	515.439 €	499.780 €	15.659 €
20.1	Unidade de Auditoria Interna	20.653 €	20.624 €	29 €
22	Unidade de Controlo de Gestão de Compras Públicas	81.433 €	60.782 €	20.651 €
24	Direção do Centro Nacional de Telesaúde	6.826.909 €	2.351.291 €	4.475.618 €
<b>Total</b>		<b>61.169.716 €</b>	<b>47.657.801 €</b>	<b>13.511.915 €</b>

Figura 12 – Estrutura de compromissos e pagamentos por Orgânica

## V. Demonstrações Financeiras

### 1. Balanço

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Balanço Individual em 31 de dezembro 2017

(Valores expressos em euros)

Rubricas	31.dez.17	31.dez.16
<b>ATIVO</b>		
<i>Ativo não corrente</i>		
Ativos fixos tangíveis	1.463.720,12	2.566.406,90
Ativos intangíveis	1.334.884,36	1.114.661,79
	<b>2.798.604,48</b>	<b>3.681.068,69</b>
<i>Ativo corrente</i>		
Clientes	5.021.994,16	5.384.503,00
Estado e outros entes públicos	-	1.050.331,01
Outros créditos a receber	157.178,95	713.865,14
Diferimentos	2.296.151,97	770.920,75
Caixa e depósitos bancários	11.521.894,22	5.914.018,60
	<b>18.997.219,30</b>	<b>13.833.638,50</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>21.795.823,78</b>	<b>17.514.707,19</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<i>Capital próprio</i>		
Capital subscrito	25.637.140,00	25.637.140,00
Resultados transitados	-26.773.452,71	-26.729.554,18
Outras variações no capital próprio	5.340.000,00	5.340.000,00
Resultado líquido do período	15.568,67	351.182,37
<b>Total do capital próprio</b>	<b>4.219.255,96</b>	<b>4.598.768,19</b>
<i>Passivo</i>		
<i>Passivo não corrente</i>		
Provisões	501.157,41	501.157,41
	<b>501.157,41</b>	<b>501.157,41</b>
<i>Passivo corrente</i>		
Fornecedores	2.731.738,68	2.672.702,00
Estado e outros entes públicos	420.884,83	182.309,03
Outras dividas a pagar	13.922.786,90	9.559.770,56
	<b>17.075.410,41</b>	<b>12.414.781,59</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>17.576.567,82</b>	<b>12.915.939,00</b>
<b>Total capital próprio e do passivo</b>	<b>21.795.823,78</b>	<b>17.514.707,19</b>



## 2. Demonstração de Resultados

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE  
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas  
Período findo em 31 de dezembro 2017

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	31.dez.17	31.dez.16
Vendas e serviços prestados	18.057.861,11	15.758.945,04
Subsídios à exploração	24.911.168,86	25.578.595,98
Fornecimentos e serviços externos	-29.646.155,96	-27.564.974,71
Gastos com o pessoal	-9.431.021,14	-8.653.481,06
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-245.525,70
Provisões (aumentos/reduções)	-	116.177,84
Outros rendimentos	640.849,49	542.095,51
Outros gastos	-1.980.704,71	-2.389.706,73
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>2.551.997,65</b>	<b>3.142.126,17</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	-2.428.011,76	-2.140.686,62
<b>Resultado operacional (antes de gasto de financiamento e impostos)</b>	<b>123.985,89</b>	<b>1.001.439,55</b>
Juros e gastos similares suportados	-	-391.760,22
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>123.985,89</b>	<b>609.679,33</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-108.417,22	-258.496,96
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>15.568,67</b>	<b>351.182,37</b>



### 3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 2017

(Valores expressos em euros)

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>Posição no Início do Período 2017</b>	1	25.637.140,00	0,00	-26.729.554,18	5.340.000,00	351.182,37	4.598.768,19
<b>Alterações no período</b>	2						
Resultado Líquido do Período	3					15.568,67	15.568,67
Resultado Integral	4 = 2 + 3					15.568,67	15.568,67
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital							
Outras operações							
Resultados transitados dos ACES				-5.698,67			-5.698,67
Reconhecimento de ativo				28.817,77			28.817,77
Reconhecimento de encargos Centro de contacto SNS				-418.200,00			-418.200,00
Aplicação do resultados de 2016				351.182,37		-351.182,37	0,00
	5	-	-	-43.898,53	-	-351.182,37	-395.080,90
<b>Posição no Fim do Período 2017</b>	6 = 1 + 2 + 3 + 5	25.637.140,00	-	-26.773.452,71	5.340.000,00	15.568,67	4.219.255,96

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período de 2016

(Valores expressos em euros)

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>Posição no Início do Período 2016</b>	1	6.000.000,00	-	-27.761.637,21	-	4.043.591,30	-17.718.045,91
<b>Alterações no período</b>	2						
Resultado Líquido do Período	3					351.182,37	351.182,37
Resultado Integral	4 = 2 + 3					351.182,37	351.182,37
Operações com detentores de capital próprio							
Realizações de capital		19.637.140,00					19.637.140,00
Outras operações							
Transferência OE					5.340.000,00		5.340.000,00
Saldo de gerência				-2.637.888,00			-2.637.888,00
Resultados transitados dos ACES				-373.620,27			-373.620,27
Aplicação do resultados de 2015				4.043.591,30		-4.043.591,30	-
	5	19.637.140,00	-	1.032.083,03	5.340.000,00	-4.043.591,30	21.965.631,73
<b>Posição no Fim do Período 2016</b>	6 = 1 + 2 + 3 + 5	25.637.140,00	-	-26.729.554,18	5.340.000,00	351.182,37	4.598.768,19



#### 4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE  
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa  
Período findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

Rubricas	31.dez.17	31.dez.16
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>		
Recebimentos de clientes	23.162.531,84	17.786.531,89
Pagamentos a fornecedores	-34.009.433,76	-27.898.907,58
Pagamentos ao pessoal	-7.871.951,53	-6.981.937,39
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-18.718.853,45</b>	<b>-17.094.313,08</b>
Pagamento / recebimento do impostos sobre o rendimento	720.590,77	-1.409.390,85
Outros recebimentos / pagamentos	25.562.750,46	25.010.224,30
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>7.564.487,78</b>	<b>6.506.520,37</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-660.102,25	-1.743.356,97
Activos intangíveis	-1.296.509,91	-1.228.614,86
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>-1.956.612,16</b>	<b>-2.971.971,83</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	22.323.910,17
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-23.059.923,46
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-</b>	<b>-736.013,29</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>5.607.875,62</b>	<b>2.798.535,25</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>5.914.018,60</b>	<b>3.115.483,35</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>11.521.894,22</b>	<b>5.914.018,60</b>

## 5. Notas às Demonstrações Financeiras

### Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Até 31 de dezembro de 2016, no ano de entrada em funcionamento ou utilização dos ativos, era praticada a quota anual de depreciação, no entanto a partir de 1 de janeiro de 2017 o registo da quota de depreciação corresponde ao número de meses contados desde o mês da entrada em funcionamento do ativo, inclusive, até ao final do ano. A SPMS decidiu a adoptar a prática de depreciação por duodécimos de forma a garantir a especialização dos gastos.

### Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Também para os ativos intangíveis foi a adoptada a prática da depreciação por duodécimos por forma a garantir a especialização dos gastos.

### Clientes

A 31 de dezembro de 2017, o valor em dívida de clientes apresenta uma ligeira diminuição face ao período homólogo. O montante em dívida refere-se essencialmente a faturas emitidas à ACSS no âmbito do contrato programa com aquela entidade.

### Outros créditos a receber

O montante incluído nesta rubrica corresponde a valores a receber de colaboradores da SPMS na sequência da emissão de reposições, tendo sido efetuadas as diligências necessárias para a recuperação dos montantes em causa. Inclui, ainda, os valores a faturar a clientes no âmbito do SITAM referentes a dezembro de 2017, os quais serão faturados em janeiro de 2018 (acréscimo de rendimentos).

### Diferimentos - Ativo

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.

### Caixa e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

A 31 de dezembro de 2017, esta rubrica apresenta uma variação positiva face ao período homólogo em virtude de não ter sido possível concretizar todos os compromissos e/ou pagamentos previstos.

### Capital

O capital estatutário de 25.637.140 Euros da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2017. No 3.º trimestre de 2016 ocorreu o aumento de capital de 19.637.140€ para fazer face às dívidas provenientes do ACE's que, adicionado aos 6.000.000€ iniciais, fez subir esta rubrica para o atual montante.

### Resultados Transitados

O resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 351.182,37€, foi transferido para resultados transitados, uma vez que as contas ainda não foram aprovadas no sentido de se aplicarem reservas.

Em 2017, esta rubrica sofreu ainda um aumento devido ao reconhecimento de um ativo que, por lapso, não foi considerado em 2015. Também em 2017 reconheceu-se nesta rubrica um encargo referente ao Centro de Contacto do SNS, referente a 2016. Como a responsabilidade do Centro de Contacto ainda não estava na alçada da SPMS nesta data optou-se por considerar este encargo diretamente em resultados transitados.

A 31 de dezembro de 2017, a SPMS apresenta um capital próprio positivo por via do efeito do aumento de capital no montante de 19.637.140 Euros, totalmente subscrito e realizado pelo Estado Português, no entanto ele ainda é inferior a metade do capital social.

### Outras variações no capital próprio

No âmbito da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, procedeu-se à revelação contabilística das transferências determinadas pelo Orçamento do Estado para aquele efeito, no montante de 5.340.000,00 euros, recebidas durante o ano de 2016, em outras variações do Capital Próprio.



### Provisões

A 31 de dezembro de 2016, a SPMS constituiu uma provisão no valor de 501.157,41 euros referente a processos judiciais em curso. A 31 de dezembro de 2017, a SPMS manteve constituídas provisões no mesmo montante, no âmbito de processos judiciais em curso, de acordo com avaliação da probabilidade de exfluxos financeiros, sendo esta quantificada com o auxílio do patrocínio jurídico dos respetivos processos, de acordo com as políticas contabilísticas em vigor.

### Fornecedores

O montante em dívida explica-se sobretudo por faturas em dívida do fornecedor “MEO”. Esta dívida está relacionada com o Centro de Contacto do SNS. Até 31 de Dezembro, não foi possível pagar o montante em dívida devido a fatores externos à SPMS, pois a ACSS não transferiu a verba necessária de forma a liquidar a dívida ainda em 2017.

### Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a imposto estimado, IVA, Segurança Social, CGA e IRS.

### Outras dívidas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias e subsídio de férias a liquidar aos colaboradores em 2018, mas cujo direito é adquirido em 2017.

Nesta rubrica também está refletido o encargo referente à prestação de serviços do contrato n.º 194/2016, referente ao processo 20160063 – Aquisição de manutenção de licenciamento ORACLE, no montante de 2.043.000,00 euros, uma vez que este gasto é recorrente e anual, o processo refere-se ao exercício de 2016, encontrava-se em fase de obtenção de visto do Tribunal de Contas a 31 de dezembro de 2016 e será previsivelmente pago em 2018.

Foi, ainda, reconhecido em passivo o montante do saldo de gerência de receitas gerais, por se considerar poder aplicar-se supletivamente os parágrafos 44 e 45 da IPSAS n.º 23 – Revenue from non-exchange transactions (taxes and transfers) – Transações sem contraprestação, relativamente ao saldo da fonte de financiamento 319 – Transferências das Administrações Públicas.

Considerando que, nos termos do artigo 193.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro, “Os saldos da execução orçamental de 2017 das entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde, excluindo as entidades referidas no número seguinte, são integrados automaticamente no orçamento da ACSS, I. P., de 2018”, também o saldo de receitas próprias foi integrado no passivo, todavia, tratando-se de uma obrigação e não



de uma condição, ao contrário do caso das transações sem contraprestação referidas no parágrafo anterior, a contrapartida foi registada em gastos do exercício ao invés de uma diminuição aos rendimentos.

### Vendas e Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica a 31 de dezembro de 2017 refere-se essencialmente à faturação à ACSS das metas inerentes ao contrato programa, a rendimentos no âmbito de serviços partilhados com diferentes entidades do setor da saúde e a contratos com a Direção Geral de Saúde.

### Subsídios à exploração

A partir do exercício de 2016, a SPMS passou a receber transferências correntes diretamente do Orçamento do Estado. Em 2017, o ponto 35 do mapa anexo ao artigo 8.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, dispunha o seguinte: “Transferência da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. para a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), até ao limite de € 30 000 000, destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS.”

Nesta rubrica também está registado o montante de cerca de 2,3M€, valor recebido para fazer face aos encargos com o Centro de Contacto do SNS.

### Fornecimentos e serviços externos

Em 2017, verifica-se um ligeiro aumento nos gastos com fornecimentos e serviços externos em relação ao período homólogo.

### Gastos com o pessoal

Esta rubrica registou um aumento em dezembro de 2017 em relação ao valor registado no período homólogo. Este aumento deve-se sobretudo ao facto do quadro de pessoal da SPMS ter sofrido variações entre os períodos de 2016 e 2017 e também devido ao pagamento de indemnizações durante o ano de 2017.

### Outros gastos

Esta rubrica corresponde principalmente ao registo do saldo de gerência referente a receitas próprias já referido anteriormente e a correções relativas ao exercício de 2016.

### Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado desde o ano de 2015, especialmente decorrente da execução do PRITIC.

De salientar que o registo das depreciações no ano de aquisição ou utilização dos ativos passou a ser feito por duodécimos de forma a garantir a especialização dos gastos.

#### Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 31 de dezembro de 2017, evidencia um resultado líquido positivo do período de 15.568,67€.

#### Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2017 aumentaram significativamente em relação ao mesmo período de 2016. Em 2017 dado o cumprimento das metas inerentes ao contrato programa foi possível emitir a correspondente faturação e obter respetivo recebimento o que originou o aumento da rubrica em apreço.

#### Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um aumento significativo face ao ano anterior, devido ao facto de no 1º semestre de 2017 a SPMS ter recebido os seis duodécimos do OE e adicionalmente mais dois duodécimos a título de adiantamento, permitindo uma maior execução dos compromissos.

#### Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresentam um aumento relativamente ao ano anterior. Este aumento está relacionado com o aumento do quadro de pessoal da SPMS e com o pagamento de indemnizações no âmbito de cessação de alguns contratos.

#### Outros Pagamentos/Recebimentos

A 31 de dezembro de 2017, constam nesta rubrica o recebimento dos doze duodécimos do OE, bem como o recebimento das transferências inerentes ao Centro de Contacto do SNS.

#### Ativos fixos tangíveis e Ativos Intangíveis

Estas rubricas refletem pagamentos referentes a aquisições de imobilizado.

#### Caixa e seus equivalentes no fim do período

Esta rubrica apresenta uma discrepância muito grande relativamente ao período homólogo sobretudo devido ao fato de não ter sido possível concretizar todos os compromissos e/ou pagamentos previstos.



## VI. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência a dezembro de 2017 e sua situação face ao ano de 2016.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	31.dez.2016	31.dez.2017
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	351.182,37 €	15.568,67 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	26%	19%
Liquidez geral	Ativo Corrente: Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos Corrente: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	1,11	1,11
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	0,36	0,24
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	1.001.439,55 €	123.985,89 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	3.142.126,17 €	2.551.997,65 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	27.564.974,71 €	29.646.155,96 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	41.879.636,53 €	43.609.879,46 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	358.273,06 €	417.319,64 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	39.527,45 €	61.025,35 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	182.792,65 €	187.897,38 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	8.653.481,06 €	9.431.021,14 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	FSE + Gastos com pessoal	NA	DR	36.218.455,77 €	39.077.177,10 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços	NA	DR	15.758.945,04 €	18.057.861,11 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais DGTF	Volume de Negócios	DR	230%	216%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis (6242) + Locação (62612)	NA	Balancete	28.583,49 €	28.243,62 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	17.786.531,89 €	23.162.531,84 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	27.898.907,58 €	34.009.433,76 €
Prazo médio de pagamento (dias)	Média Fornecedores dos últimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	33,43	32,25
Prazo médio de pagamento (dias) - sem o Centro de Contacto	Média Fornecedores dos últimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	33,43	25,98
Prazo médio de recebimento (dias)	Média dos Clientes dos últimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	59,69	61,28
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		1,56	0,53
Saldo médio mensal de clientes	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	1.845.079,56 €	2.371.431,42 €
Saldo médio mensal de fornecedores	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2.752.757,48 €	2.959.940,86 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento.		Balancete	34.475.209,36	33.371.761,00

Tendo em conta o impacto que a transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, tinha no nível de liquidez e de autonomia financeira no ano de 2015, a liquidação das dívidas naquele âmbito pela via do aumento de capital e das transferências do Orçamento do Estado, melhorou significativamente aqueles indicadores, todavia o capital próprio permanece inferior a metade do capital subscrito.

O prazo médio de recebimentos fixou-se nos 61 dias tendo em conta a média trimestral. O aumento verificado deve-se ao facto da ACSS só ter pago o valor faturado em dezembro de 2016 em abril de 2017, ou seja, o pagamento foi efetuado 110 dias após a emissão da respetiva faturação. Também salientamos que o valor em dívida da ACSS a 31 de dezembro de 2017 é de 4.478.359€, o que não permitiu diminuir o prazo médio de recebimentos em relação a 2016.

A SPMS conseguiu diminuir o prazo médio de pagamentos, uma vez que não existiram constrangimentos de tesouraria no início do ano de 2017. Em dezembro de 2017, o prazo médio de pagamentos situa-se nos 32,25 dias. No entanto, se excluirmos o valor em dívida ao fornecedor "MEO" relativo ao Centro de Contacto do SNS verificamos que o prazo de pagamentos desce para os 26 dias.

No que respeita aos limites que impendem sobre a SPMS importa referir que, através da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2017, encontra-se estabelecido no artigo 44.º que "As empresas públicas prosseguem uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental".

O n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, dispõe que "Para efeitos do disposto no artigo 44.º da Lei do Orçamento do Estado, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016".

Aquele artigo determina ainda que os gastos com pessoal e o conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel "devem também ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2016" (cfr. n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março).

Por outro lado, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 49.º da Lei do OE2017, os encargos globais com contratos de aquisição de serviços, com exceção dos contratos com cofinanciamento europeu, não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2016.

A Empresa apresenta uma diminuição do peso dos gastos operacionais no volume de negócios de 230% para 216%, considerando apenas os Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal, nos termos do rácio normalizado da DGTF.

Neste contexto, o estado atual destes indicadores é o seguinte:

Indicadores	31.dez.2016	31.dez.2017	% sobre 2016	Varição homóloga	% VH
EBITDA (€)	3.142.126,17 €	2.551.997,65 €	81%	- 590.128,52 €	-19%
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	27.564.974,71 €	29.646.155,96 €	108%	2.081.181,25 €	8%
Rendimentos Operacionais (€)	41.879.636,53 €	43.609.879,46 €	104%	1.730.242,93 €	4%
Gastos com deslocações e estadas	358.273,06 €	417.319,64 €	116%	59.046,58 €	16%
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	39.527,45 €	61.025,35 €	154%	21.497,90 €	54%
Gastos com comunicações	182.792,65 €	187.897,38 €	103%	5.104,73 €	3%
Gastos com Pessoal (€)	8.653.481,06 €	9.431.021,14 €	109%	777.540,08 €	9%
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	36.218.455,77 €	39.077.177,10 €	108%	2.858.721,33 €	8%
Volume de negócios	15.758.945,04 €	18.057.861,11 €	115%	2.298.916,07 €	15%
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	230%	216%	-	-13%	-
Gastos com Frota Automóvel	28.583,49 €	28.243,62 €	99%	- 339,87 €	-1%
Aquisições de serviços (Ec. 0202 - FF319;510;540)	27.113.366,00 €	34.633.790,00 €	128%	7.520.424,00 €	28%

Como se pode verificar os pagamentos com a aquisição de serviços são superiores ao período homólogo, essencialmente devido ao pagamento da manutenção do licenciamento ORACLE e à integração da atividade do Centro de Contacto do SNS.

Também os gastos operacionais estão acima do referencial homólogo. De salientar que o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios ficou abaixo do limite face ao período homólogo devido à faturação das metas inerentes ao contrato programa em dezembro de 2017. As despesas com o pessoal, as ajudas de custo, os gastos em comunicações e os gastos com deslocações estão acima do referencial homólogo.

A SPMS efetuou o pedido de exceção do cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 4, do mencionado artigo 124.º do Decreto de Execução Orçamental, através do Ofício n.º 15765 de 27 de março de 17, reiterado pelos Ofícios n.º 17835, de 21 de abril e n.º 18589, de 25 de maio do mesmo ano, até porque em 2016 a SPMS esteve excecionada no próprio Decreto de Execução Orçamental e porque se mantêm as circunstâncias que fundamentaram a referida exceção, designadamente a fase de crescimento da SPMS e o seu envolvimento em projetos internacionais, aos quais acresce a situação da ORACLE e do Centro de Contacto do SNS.



## VII. Conclusão

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

1. As Demonstrações Financeiras deixaram de estar influenciadas pela transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, em especial o Capital Próprio, que se apresenta agora positivo em face do aumento de capital ocorrido no exercício de 2016. Ainda assim, o capital próprio representa menos de metade do capital subscrito.
2. A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada a 31 de dezembro de 2017.
3. No âmbito das atividades inerentes ao Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro, encontra-se liquidada parte significativa das responsabilidades assumidas por aqueles ACE Somos e transmitidas para a SPMS (98%), porquanto se realizou o pagamento da totalidade do capital em dívida ao Sindicato Bancário, bem como das situações (que se destacam pela sua materialidade) referentes aos credores Capgemini Portugal, Serviços de Consultadoria e Informática, S.A. e MSD – Merck Sharp & Dohme, Lda, todavia, ainda permanecem dívidas por pagar.
4. A SPMS alcançou o objetivo de diminuição do prazo médio de pagamentos, situando-se nos 26 dias a 31 de dezembro de 2017, excluindo a dívida não imputável à SPMS relativa ao Centro de Contacto do SNS.

SPMS, em Lisboa, 30 de janeiro de 2018

\*\*\*\*\*



## ANEXO I – MAPA DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS DA SPMS

<b>OE 1 - Reforçar a autoridade nas TICe nas compras na área da Saúde</b>
<p><b>OOP1</b> - Continuar o desenvolvimento do programa de melhoria de governança e gestão do Sistema de Informação da Saúde (SIS), criando instrumentos transversais de gestão em diversas áreas nomeadamente: gestão estratégica e de benefícios, gestão de arquitetura de informação, gestão de serviços TIC, gestão de risco e segurança da informação, gestão de competências em TI, gestão de inovação e gestão da relação com fornecedores. Os instrumentos a desenvolver (estruturas, políticas, procedimentos, entre outros) permitirão promover a adoção de boas práticas pelas diversas instituições do SNS/MS, partilhar conhecimento e produzir informação de apoio à gestão do eSIS.</p> <p><b>OOP2</b> - Reforçar as atividades de arquitetura, normalização e auditoria tendo em vista a promoção de interoperabilidade, segurança e eficiência do SIS incluindo iniciativas no âmbito de projetos europeus e internacionais e iniciativas com a indústria TI (grupo PT HL7, grupo PT IHE, CTC.PT e IPQ CT 199).</p> <p><b>OOP3</b> - Reforçar as atividades de articulação interministerial através da participação em grupos transversais, nomeadamente no CTIC – Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação, e na promoção de reuniões bilaterais de acompanhamento estratégico de iniciativas com alguns Ministérios.</p> <p><b>OOP4</b> - Reforçar atividades de articulação com o setor privado e social da saúde, através coordenação e supervisão da implementação da ENESIS 2020 e do alargamento de algumas soluções, nomeadamente da Plataforma de Dados em Saúde, aos agentes do Sistema de Saúde.</p>
<b>OE 2 - Aproximar a prestação de serviços das necessidades do SNS/MS</b>
<p><b>OOP5</b> - Consolidar os Registos Nacionais e promover novos de serviços de interoperabilidade.</p> <p><b>OOP6</b> - Desenvolver novos acordos-quadro nas compras transversais que facilitem a aquisição de bens e serviços pelas instituições.</p> <p><b>OOP7</b> - Desenvolver novos serviços partilhados que vão de encontro às necessidades das instituições do SNS, nomeadamente na área financeira, na área da formação de recursos humanos e na área de comunicação e relações-públicas.</p> <p><b>OOP8</b> - Focar e reestruturar os processos de suporte aos sistemas financeiros centrais, nomeadamente através da evolução funcional e tecnológica do sistema de suporte à gestão financeira, e melhorando a plataforma de acompanhamento dos contratos-programa dos hospitais do SNS.</p> <p><b>OOP9</b> - Promover a adoção de normas e serviços de interoperabilidade que permitam, entre outros, o acesso e a partilha de informação entre diversas organizações ao nível nacional e europeu, especialmente no que se refere o Sumário Clínico e a Prescrição e Dispensa de Medicamentos.</p> <p><b>OOP10</b> - Promover a disponibilização de informação à sociedade e aos diversos atores do sistema de saúde através do Portal do SNS, incluindo dados abertos da atividade do SNS que promovam a transparência do sistema.</p> <p><b>OOP11</b> - Promover a evolução dos sistemas clínicos dotando-os de novas áreas de registo de informação e novos perfis de modo a constituir um Processo Clínico Eletrónico que permita uma Visão Clínica Integrada comum às diferentes realidades dos cuidados de saúde.</p> <p><b>OOP12</b> - Promover a evolução dos sistemas e a qualidade da informação de apoio ao desenvolvimento de Políticas de Saúde, nomeadamente do Plano Nacional de Saúde, dos programas prioritários e do Programa Simplex da Saúde.</p> <p><b>OOP13</b> - Promover a prestação de serviços digitais aos utentes através do Portal do SNS/Área do Utente e do desenvolvimento de serviços acessíveis através do futuro Centro de Contacto do SNS.</p> <p><b>OOP14</b> - Promover a usabilidade dos sistemas de informação através harmonização e desenvolvimento de novas interfaces, incluindo versões mobile das aplicações.</p> <p><b>OOP15</b> - Promover novos acordos-quadro, na área dos dispositivos médicos e desenvolver mecanismos facilitadores para a sua utilização pelas instituições.</p>
<b>OE 3 - Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS</b>
<p><b>OOP16</b> - Continuar o processo de atualização tecnológica dos sistemas de informação core das unidades prestadoras de cuidados de saúde (SINUS, SONHO e SClínico).</p> <p><b>OOP17</b> - Dinamizar processos de desmaterialização de diversos circuitos (ex., prescrição de CRD, requisição e resultados de MCDT, certificados multiuso/carta condução, referenciação para a RNCCI, notificações diversas).</p> <p><b>OOP18</b> - Melhorar a governação e eficiência do SNS, através Centro Nacional TeleSaúde, assente em soluções de modernização e integração das tecnologias da informação no âmbito dos serviços partilhados.</p> <p><b>OOP19</b> - Melhorar a performance e disponibilidade da Rede Informática da Saúde (RIS) assim como promover o seu acesso em novos contextos e lançar novo procedimento de contratação pública através de diálogo concorrencial para novo operador em 2018.</p> <p><b>OOP20</b> - Potenciar a utilização dos acordos-quadro e das compras centralizadas para aumentar as poupanças nas compras do SNS.</p> <p><b>OOP21</b> - Promover a atualização e reforço da infraestrutura de suporte aos sistemas, garantindo a sua operacionalidade e segurança e, simultaneamente, promover a eficiência dos recursos.</p>
<b>OE 4 - Promover a Excelência Operacional e Qualidade dos Serviços</b>
<p><b>OOP22</b> - Continuar os programas de adoção de boas práticas nomeadamente na vertente de gestão de serviço TI, em alinhamento com o referencial ITIL, com vista à melhoria dos serviços prestados aos diversos clientes.</p> <p><b>OOP23</b> - Otimizar os processos de negócio e processos de suporte da SPMS.</p> <p><b>OOP24</b> - Promover a utilização das plataformas de suporte às compras da saúde e compras transversais.</p> <p><b>OOP25</b> - Regularização das notificações junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados e Assesmente no âmbito das exigências legais do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados</p>
<b>OE 5 - Promover Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS</b>
<p><b>OOP26</b> - Consolidação do núcleo de inovação que permita, em conjunto com um comité estratégico, garantir o desenvolvimento da gestão estratégica da inovação no SIS.</p>
<b>OE 6 - Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores</b>
<p><b>OOP27</b> - Continuar o programa de Gestão de Competências do eSIS, com vista a promover e adequar competências necessárias à transformação digital.</p>

## ANEXO II - LEGISLAÇÃO PUBLICADA COM IMPACTO NA ATIVIDADE DA SPMS

**DESPACHO N.º 11207/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 244/2017, SÉRIE II DE 2017-12-21, Saúde - Gabinete do Ministro** - Delegação de competências do Ministro da Saúde na Secretária de Estado da Saúde, Licenciada Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho;

**DESPACHO N.º 9879/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 220/2017, SÉRIE II DE 2017-11-15, Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** - Determina a cessação da obrigatoriedade de aquisição, pelas entidades do Serviço Nacional de Saúde, de genéricos ou biossimilares equivalentes aos previstos nos anexos aos Despachos n.º 2326/2017, n.º 9586/2016 e n.º 10858/2015, e prevista no n.º 2 dos referidos despachos, ao abrigo dos contratos públicos de aprovisionamento (CPA), a partir da data em que sejam publicitados pelo INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde medicamentos comparticipados ou com decisão de avaliação prévia genéricos ou biossimilares equivalentes aos previstos nos anexos aos despachos acima referidos;

**DESPACHO N.º 9496/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 208/2017, Série II de 2017-10-27 - Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** - Determina e estabelece disposições para a implementação de resposta a situações de emergência na área dos doentes queimados até 2020;

**DESPACHO n.º 9397/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 206/2017, SÉRIE II de 2017-10-25, Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** – Determina o uso de sistema de registo biométrico como forma de acompanhamento da assiduidade dos trabalhadores, independentemente do regime de vinculação detido, e de uso obrigatório em todos os serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, Na sequência desta publicação, foi emanada a Circular Normativa Conjunta n.º 08/2017/SPMS, de 13 de Novembro, definindo as regras para integração diária da informação dos sistemas biométricos e sistemas de escalas no RHV, via *web service*;

**DESPACHO n.º 9396/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 206/2017, Série II de 2017-10-25, Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** - Cria e determina a composição de um grupo de trabalho para a avaliação do modelo de aplicação das taxas moderadoras, nomeadamente no que respeita aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT);

**DESPACHO n.º 9317/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 204/2017, Série II de 2017-10-23, Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** - Cria e determina a composição de um Grupo Técnico Independente destinado a avaliar os Sistemas de Gestão do Acesso a Cuidados de Saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS);

**DESPACHO N.º 8978/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 196/2017, SÉRIE II DE 2017-10-11, Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de ligaduras de compressão e dispositivos de imobilização, no âmbito de concurso público (CP 2016/80) lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

**DESPACHO N.º 8979/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 196/2017, SÉRIE II DE 2017-10-11, Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de corretivos de volemia e outras soluções estéreis, no âmbito de concurso público (CP 2017/3) lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.);

**DESPACHO N.º 8932/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 195/2017, SÉRIE II DE 2017-10-10, Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** - Determina que, no âmbito do Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Direção-Geral da Saúde, é dada prioridade ao desenvolvimento de três objetivos estratégicos para a intervenção ao nível da promoção da atividade física, através da realização de projetos piloto em unidades funcionais de Agrupamentos de Centros de Saúde, estabelecimentos hospitalares do SNS e unidades locais de saúde;

**DESPACHO N.º 8877/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 194/2017, SÉRIE II DE 2017-10-09, Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** - Estabelece o modelo de governação relativo à implementação da política de cibersegurança da saúde.